



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÉIA DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA/NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM ALAGOAS: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS**

MACEIÓ
2020

CLÉIA DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA/NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM ALAGOAS: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante

MACEIÓ
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÉIA DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA/NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM ALAGOAS: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante

Artigo Científico defendido e aprovado em 18/09/2020.

Comissão Examinadora

Examinador/a 1 – Presidente
Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante

Universidade Federal de Alagoas

Abdízia Maria Alves Barros
Examinador/a 2

Janaína Paula Lima de Souza Santos
Examinador/a 3

MACEIÓ
2020

Dedicamos primeiro a Deus por nos abençoar todos os dias, e também nos presentear com sua plena graça, e nossa família pelo apoio, compreensão, e incentivo ao longo desta jornada do curso.

A confiança das pessoas nos líderes reflete a
confiança dos líderes nas pessoas.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por derramar bênçãos e graças em nossas vidas. A nossa família pelo apoio e incentivo durante a formação acadêmica.

Agradeço a todas as pessoas do meu convívio que e contribuíram, mesmo que indiretamente, para a conclusão deste curso.

À Professora Doutora Valéria Campos Cavalcante, pela orientação, paciência, incentivo, companheirismo, colaboração e dedicação, que durante o período das orientações, sempre nos guiando na elaboração do seguinte estudo.

Aos professores pelos ensinamentos transmitidos, conselhos e disponibilidade para dúvidas que tive ao longo do percurso acadêmico. E a todos que ajudaram de forma direta e indireta com o referido estudo.

De modo especial a amiga Arly Tenório e ao amigo Manoel Santos, que sempre nos deu apoio e incentivo para continuar estudando.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA/NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS: INVISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS

Cléia da Silva Lima
cleialima5@gmail.com
Valéria Campos Cavalcante
vccavalcante1@hotmail.com

RESUMO

Este artigo versa sobre a formação de professores no contexto da Educação de Jovens e Adultos das Redes Públicas de Ensino de Alagoas. Traz como objetivo compreender os desafios da formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas, e os reflexos da ausência de formação continuada na prática pedagógica dos educadores da modalidade. A metodologia utilizada baseia-se em levantamento bibliográfico e análise documental. No percurso de escrita estabelecemos diálogos com autores, como: Arroyo (2006, 2017), Freire (1987, 1992, 1996), Moura (1999, 2001), Barros (2005, 2013) entre outros. Os resultados levam-nos a constatação de que predomina em Alagoas a ausência de política de formação continuada para os professores da EJA (BARROS, 2013). Diante dessa ausência de formação, podemos constatar que em muitas escolas da EJA prevalecem práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade dos educandos (CAVALCANTE, 2017), e que em muitas circunstâncias infantilizam os educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Prática docente. Educação de jovens e Adultos. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema, aqui apresentado, surge a partir do meu percurso como profissional da Educação Pública em Alagoas, que durante duas décadas, como professora, gestora escolar e coordenadora pedagógica, as vivências na área e as inquietações como formadora de professores da Educação Básica, tudo isso despertou o interesse por conhecer um pouco mais sobre as nuances da educação brasileira, especificamente, na área de formação de professores da Educação de jovens e Adultos em Alagoas. Estando essas questões postas, este texto traz como objetivo refletir sobre os desafios da formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas

Entendemos que o processo de formação continuada permite que o docente reconstrua situações, revendo sua prática. Desse modo, a cada momento vivido na

formação continuada os professores podem significar e (res)significar o seu saber sobre a prática pedagógica. “Tudo isso envolve a (des)construção e (des)naturalização de valores, crenças e propósitos associados àquilo que está a ser, ou não, (res)significado”, (DESGAGNÉ, 2007, p. 23).

Para uma melhor compreensão e abordagem sobre o assunto recorreremos a autores como: Arroyo (2006, 2017), Freire (1987, 1992, 1996), Moura (1999, 2001), Barros (2005, 2013) entre outros. As leituras esclarecem que a formação continuada dos professores da EJA, que é nosso objeto de estudo, compreende-se que é um direito do educador, previsto na legislação, no entanto, embora haja documentos legais que assegurem a formação dos educadores da EJA, e mesmo existindo um certo consenso presente nas discussões teóricas e na legislação acerca da necessidade de qualificação específica para professor da Educação de Jovens e Adultos, é recorrente, no Brasil, e em especial em Alagoas, a ausência de políticas específicas para formação de professores da referida modalidade (SOARES, 2006).

Neste texto, reafirmamos que o processo e o sucesso de escolarização dos jovens e adultos nos sistemas formais de Educação está diretamente relacionado ao processo de formação dos educadores. Diante da ausência de formação os educadores da modalidade em Alagoas não conseguem estabelecer, em sua prática, uma relação dialógica com os educandos.

Em decorrência dessa lacuna que persiste na formação dos professores da EJA em Alagoas, e de modo geral em todo país, no tocante aos sujeitos, suas especificidades, diversidades, bem como as contribuições freirianas, muitos professores não conseguem auxiliar os educandos a ampliarem seus conhecimentos.

Estando essas questões postas, este trabalho traz como objetivo compreender os desafios da formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas, e os reflexos da ausência de formação continuada na prática pedagógica dos educadores da modalidade.

Como metodologia, recorreremos à pesquisa bibliográfica e análise documental, que segundo Gil (2002, p. 44), [...] "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Podemos concordar que a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos. A discussão que surge é a continuação da afirmação de autores que já dissertaram sobre o tema.

O presente artigo se organiza em três tópicos que consideramos relevantes para essa discussão, após a introdução, em que se esclarece o objeto de estudo e suas

inquietações, no primeiro tópico apresentam-se os Sujeitos da EJA em Alagoas: educadores e educandos, em seguida, abordamos Relação dialógica na sala de aula da EJA: problematização e emancipação, no terceiro tópico seguimos com a discussão: A formação continuada dos professores da EJA em Alagoas: ainda há invisibilidade?

Finalmente, esperamos que este trabalho provoque um repensar na formação continuada dos docentes que atuam na EJA em Alagoas, refletindo sobre os conceitos e teorias referentes as especificidades da prática pedagógica da modalidade em questão.

1. SUJEITOS DA EJA EM ALAGOAS: EDUCADORES E EDUCANDOS

Refletir sobre o processo de formação dos educandos da EJA em Alagoas, torna-se importante por exigir uma perspectiva diferenciada enquanto sujeitos de transformação social dentro e fora das salas de aulas. Neste sentido, educadores possibilitam a ampliação do conhecimento, enquanto educandos buscam na escolarização a construção de uma vida mais digna. Com isso, é necessário entender quem são esses sujeitos da EJA para viabilizar um trabalho educativo mais coerente com suas necessidades e peculiaridades.

Apresentaremos, portanto neste tópico, os sujeitos envolvidos na modalidade em Alagoas, entendendo que estes, devem ser vistos como alunos, com direito de se apropriarem daquilo que é a função da escola: a socialização do saber sistematizado, garantido a todos acesso a educação. E os professores devem ser vistos como mediadores na sala de aula, que auxiliam os educandos na consciência crítica, podendo permitir a formação de uma sociedade melhor e mais igualitária.

1.1 Sujeitos educandos

Ao fazermos referência aos estudantes inseridos na Educação de Jovens e Adultos em Alagoas, estamos nos referindo a uma expressiva parcela da população que, são sujeitos sociais que vão além da modalidade de ensino, possuindo as mais diversas experiências de vida, marcadas por situações adversas. No aspecto social, eles emergem de realidades dinâmicas e contraditórias que perpassam os mais variados grupos sociais.

Em geral, esses sujeitos voltam à escola reconhecendo que o aprendizado alcançado anteriormente não lhes garantiu a independência e a inclusão social desejada,

percebem que seus níveis de leitura e de escrita os colocam sempre em posição de desvantagem perante aqueles que dominam essas habilidades, portanto, apresentam o sentimento de incapacidade e incompetência diante da aprendizagem, silenciosamente, a escola finge não enxergar essa realidade tentando impor um currículo padrão desrespeitando a diversidade em nome da competitividade.

A maioria dos estudantes da EJA em Alagoas trabalha sem carteira assinada, são analfabetos funcionais que vivem de “trabalho de bico”, e que buscam nas aulas conhecimentos que os ajudem nos seus trabalhos diários. O retorno à escola, provavelmente, deve-se a imposição do mercado de trabalho, ou por desejo em adquirir as habilidades básicas de leitura e escrita. Entre os adultos prevalece a ansiedade em adquirir as habilidades de escrita e leitura para sozinhos realizarem a leitura dos livros religiosos (a exemplo, a Bíblia), adquirir carteira de motorista, para os jovens e adolescentes a necessidade mais urgente é a titularização (ou a elevação da escolaridade) para o ingresso no mercado de trabalho, ou seja, os jovens da EJA percebem na escolarização uma possibilidade de ascensão profissional e pessoal, bem como, uma oportunidade de certificação dos conhecimentos adquiridos de maneira informal.

É notório que estes jovens e adultos ingressam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em busca de oportunidade, de acordo com o artigo 37 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), “será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultas, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Não podemos nos esquecer das inúmeras outras histórias de vida que não são mostradas nos jornais, mas que mudaram para melhor graças à EJA.

Partindo do pressuposto de que grande parte dos sujeitos educandos da Educação de Jovens e Adultos, se caracterizam por trabalhadores, homens, mulheres, negros, homossexuais, entre outros, que não tiveram oportunidade ou que não lograram êxito em seus estudos quando criança ou adolescentes, devido a fatores familiares, econômicos ou sociais, muitos acabam perdendo o interesse por estudar, tornando-se pessoas marcadas pela exclusão escolar, pelo fluxo de mudanças econômicas, políticas,

sociais e culturais profundadas e rápidas, sendo portanto, esses sujeitos com as suas mais diversas identidades, o grande público que frequentam a EJA.

Conforme expõe Arroyo (2017, p. 106), ao afirmar que

A EJA e seus jovens e adultos participam da tensa negação do reconhecimento dos pobres, negros, indígenas, mulheres, trabalhadores empobrecidos como sujeitos de direitos. Sujeitos não só do direito à escola, à educação, ao conhecimento, à cultura, mas a negação mais radical do reconhecimento como humanos, isto é, como sujeitos de direitos humanos. É promissor que os profissionais nas escolas, junto aos educandos, organizem seminários e tema de estudo vinculando direitos humanos a educação, que afirmem essa dimensão ignorada, negada: reconhece-los sujeitos de direitos. Logo a EJA e as escolas atuam como tempos de afirmação de direitos humanos.

No ambiente escolar além de constar a realidade dos sujeitos da EJA, os professores precisam compreendê-la para além de uma modalidade que oferta escolarização para analfabetos, mas com intuito de contribuir com a emancipação dos sujeitos, constituindo uma forma de entender a expressão da política da educação e o trabalho docente na/com a EJA.

Entendendo assim, como Freire (1996, p. 64) que

Não é possível respeito aos educandos, a sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração às condições em que eles vêm existindo, se não reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Diante desta realidade, estes jovens e adultos voltam às salas de aula em busca de uma qualificação, melhores condições de vida e trabalho. Ao ingressarem novamente à escola, eles se deparam com uma realidade bem diferente, assim, se faz necessário que os professores tenham um ensino alinhado à realidade desses jovens e adultos se atentando a sua realidade, pois, muitos destes discentes trabalham e têm responsabilidades familiares, como por exemplo, filhos.

Para Barros (2013, p. 77),

É importante considerar que os alunos e alunas da educação de jovens e adultos são sujeitos sociais que se encontram no centro de um processo social, histórico, político e cultural complexo, que vai além de uma modalidade de ensino. E estão inseridos em uma organização social cultural que vem se constituindo imersa em lutas, tensões,

práticas e movimentos sociais desencadeados pelas ações dos sujeitos sociais ao longo da história da humanidade freire a EJA.

É preciso enxergá-los como eles são, sujeitos das diversidades, inteligentes, que desenvolveram estratégias de sobrevivência em uma cultura escrita sem estar adequadamente instrumentalizados para isso, resolvendo problemas, trabalhando e vivendo, estes sujeitos que frequentam as salas de EJA sinalizam necessidades objetivas e tem desejo subjetivo, o de independência e autonomia. Moura (2001, p. 155) diz que

Fazer da sala de aula o lugar de aprendizagem natural do sujeito é estabelecer como objetivo da escola criação de um ambiente onde a partilha constrói significados. A decorrência de se aceitar esta afirmação como verdadeira é que fazem a escola, cabe o planejamento de atividades de ensino mediante as quais, professores e alunos possam ampliar, modificar e construir significados.

Nessa ótica, no que se refere ao modo como se organiza o trabalho com os jovens e adultos, o professor tem que contribuir para que os sujeitos se tornem usuários autônomos da linguagem e não apenas depositários, concordando com Freire (1987, p. 34) quando nos indica o rompimento com a Educação bancária em qual

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante [...] na visão bancária da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada “saber”.

Isso nos instiga ao grande desafio nas salas de EJA, ainda mais quando nos deparamos com uma realidade completamente distinta do que é vivenciado pelos alunos, e do que é proposto pelas leis, por sua vez, o que é ensinado estão um tanto distantes do ideal que tornaria o conhecimento um contínuo produzir e reproduzir saber.

A educação exerce papel fundamental no processo de libertação, mas quando o professor “deposita o conteúdo” para os alunos que recebe o conhecimento e os armazena na mente, essa forma de educar, Freire (1987, p. 30) avalia como “alienação da ignorância”, pois o aluno torna-se um sujeito passivo que não participa do processo educativo. Continuando, Freire (1987, p. 30), nos mostra em sua obra *Pedagogia do Oprimido* que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Acreditando neste contexto, entende-se que as escolas precisam mudar seus currículos, associando-os a esses sujeitos da EJA, devem-se promover mudanças das

diretrizes curriculares delimitando a realidade dos estudantes, de acordo com seus modos de vida, seus trabalhos e suas culturas.

1.2 Sujeitos educadores

Para o educador da Educação de Jovens e Adultos, a prática educativa é acima de tudo um desafio, estes desafios, transformam a educação em um elemento singular em meio ao acolhimento de tantas pluralidades e descobertas em sala de aula. E o sujeito docente, nesse contexto, representa um novo ser e fazer da docência, propiciando reflexões, ações coerentes com as exigências da sala de aula e com a realidade e público que frequentam a sala de aula.

Na concepção de Arroyo (2006), para o sucesso da prática pedagógica é de suma importância que o professor da EJA conheça o sujeito e sua realidade. Para ele, a organização escolar e curricular deve ser construída a partir da realidade concreta dos educandos como sujeitos de ação. Arroyo (2006, p. 53) enfatiza que

Na medida em que as sensibilidades se voltam para os sujeitos da ação educativa, para nossas identidades e saberes docente e, sobretudo para nosso trabalho e na medida em que temos outro olhar sobre os educandos, torna-se obrigatório ter outra visão sobre a prática escolar, os currículos, os tempos e seu ordenamento.

Para Arroyo (2006), o sujeito educador encaminha os educandos à pensar, conseqüentemente, os encaminha para descobertas, colocando-os em constante interação com o mundo, o que contribui para seu desenvolvimento, o autor menciona também a necessidade de reconhecer que muitas experiências de EJA atualmente reúnem uma enorme compreensão da pluralidade de processos, tempos e espaços formadores, novas práticas e metodologias são aprendidas dialogando com os saberes de outros tempos, um dos pressupostos para uma educação como prática libertadora, assim como se expressa Freire (1987, p. 40) a esse respeito, ao defender que “a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

Vale salientar que o educador é mediador do processo de tomada de consciência do cidadão, capaz de agir sobre o mundo e transformá-lo, e este é um dos principais vies políticos do educador da EJA. Conforme nos informa Freire (1987, p. 40)

Ninguém luta contra as forças que não compreende, e a realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo, antes de tudo, provocando uma

atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação. É preciso, portanto, fazer dessa conscientização o primeiro objetivo de toda educação libertadora.

Assim, o professor da EJA tem um desafio de enriquecer metodologias e intervenções pedagógicas, que incluam a realidade do aluno, principalmente porque na EJA se encontram os sujeitos que na sociedade são rotulados como marginais ao sistema, sendo representantes de estereótipos ligados a raça/etnia, identidade religiosa, gênero, entre outros.

Pelo fato desses alunos apresentarem uma escolaridade descontínua, a qual está quase sempre relacionada a causas sociais, por terem que trabalhar na juventude para ajudar no sustento da casa, é preciso que se encontrem os melhores metodologias que os possibilitem intervir e interagir junto com os professores e demais sujeitos na sala de aula.

Nesse sentido, é bom lembrar o que nos alerta Arroyo (2006, p. 22) que

Não é qualquer jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rostos, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo, da periferia. Se esse perfil de educação de jovens e adultos não for bem conhecido, dificilmente estaremos formando um educador desses jovens e adultos.

E quando falamos de formação docente, em específico, nos reportando ao professor da EJA, ressaltamos que há muito está esquecida e negligenciada em Alagoas, sendo assim, as licenciaturas em sua grande maioria dispõem de uma formação que prepara os profissionais para a sala de aula da Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

Conforme expõe Barros, (2013, p. 118):

[...] a exigência de um perfil específico para os professores de jovens e adultos deverá atender as peculiaridades de uma relação pedagógica com os sujeitos-trabalhadores ou não-com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas no contexto da sala de aula, que precisam ser trabalhadas de modo a garantir a permanência desses alunos na escola por meio do ensino de conteúdos trabalhados de forma diferenciada com métodos e tempos escolares que considerem também o perfil desses alunos trabalhadores.

Dessa forma, precisa-se compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades dos educandos, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado em que se objetiva apenas ensinar a ler e escrever,

de forma mecânica. De acordo com Barros (2013, p. 77), “o perfil do sujeito educador da EJA tem de estar em consonância com as demandas, especificidades e exigências profissionais, com isso, se pretende com a educação de jovens e adultos dar oportunidade igual a todos”.

Entende-se, portanto, que para ser professor da EJA é fundamental possuir perfil adequado, pois tanto a metodologia como a relação professor/aluno devem ser específicos, como sempre enfatizou Freire (1996, p. 46), “nas salas de aulas se faz necessário uma prática educativa que concebe educador e educando como seres inacabados e dialógicos”.

É oportuno lembrar que os governantes devem implantar políticas de formação continuada para os professores que atuam na EJA, no tocante às escolas entendemos que devem elaborar um Projeto Político Pedagógico adequado a realidade que está inserida, contemplando a realidade dos sujeitos da EJA, e não seguir modelos prontos, neste sentido, os professores devem sempre atualizar seus conhecimentos, metodologias e práticas de ensino.

2 RELAÇÃO DIALÓGICA NA SALA DE AULA DA EJA: PROBLEMATIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos tem procurado se amparar em novos paradigmas teóricos e pedagógicos para responder a uma série de indagações quanto ao currículo, e as metodologias dos professores. No entanto, observa-se que de maneira geral, o que mais se pratica na EJA é a denominada “Educação Bancária”. Estando posta esta questão, sobretudo nas turmas da modalidade em Alagoas, há uma necessidade de se encontrar possíveis caminhos para construir uma prática docente crítico, transformadora, problematizadora e dialógica na EJA.

Seguindo essa concepção, e com base na concepção teórico-metodológica defendida por Freire (1987), entende-se a pedagogia/educação bancária como uma pedagogia do antidiálogo, em que a unilateralidade da relação professor-aluno reflete situações de dominação, hierarquia e silêncio. Na visão bancária de educação, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 1987, p. 104). Desta forma, o educador se põe frente aos educandos, numa postura de narração onde ele é o sujeito, conduzindo os educandos a memorização mecânica do conteúdo narrado, prática regularmente ainda

aplicada às práticas educacionais atuais nas salas de EJA, o saber sendo uma doação aos que se julgam nada saber.

Freire (1987), em seus escritos, já nos inquietava a respeito quando refletia a necessidade dos professores iniciarem seus trabalhos a partir da realidade dos estudantes contemplando seus saberes, suas experiências de vida e formativas através de uma relação dialógica entre docente e discente.

Neste sentido, Freire (1987) aborda como princípio básico o diálogo na sala de aula da EJA e a escuta ao outro, na qual professores e estudantes aprendam juntos, ainda segundo o autor, ao iniciar a ação dialógica, é necessária a instauração do diálogo na educação, um momento em que se realiza a investigação do conjunto de temas geradores.

A partir de uma perspectiva freiriana, entende-se que a proposta de uma ação dialógica para a educação de jovens e adultos parte do princípio do respeito e da valorização dos saberes dos educandos nas salas de aulas da modalidade, isto é, de que ele se torne sujeito do conhecimento e passe a se reconhecer no currículo escolar.

Entende-se assim, que o princípio do diálogo é a palavra compartilhada, cheia de sentido, que é “encharcada do inédito-viável” (FREIRE, 1992, p. 22), e tem como pressupostos relações verdadeiras, comprometidas e democráticas. Possibilita e promove o debate entre o homem, a natureza e a cultura, entre o homem e o mundo em que vive, é uma metodologia dialógica, pois prepara o homem para viver o seu tempo sendo sujeito da sua transformação.

É por isso que para estabelecer a dialogicidade é necessário que o professor da EJA possibilite uma cultura de diálogo em sala de aula, sendo este o fundamento e o caminho para sua prática pedagógica na EJA emancipadora, as experiências propiciadas pelo docente em suas aulas mediadas pelo diálogo possibilitará aos alunos da EJA a preparação para sua inserção no mundo, para que possam compreender a realidade que os cercam, e possam intervir nela, superando assim a situação de meros expectadores.

Nesse sentido, o diálogo torna-se a concretização do próprio exercício para a liberdade, uma vez que

[...] penso que deveríamos entender o ‘diálogo’ não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. [...] Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso

progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos. Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem. (FREIRE, 1992, p. 54).

Logo, é preciso considerar o diálogo em Freire como instrumento para a libertação e emancipação humana, não é apenas um método, mas uma estratégia para o professor respeitar o saber do aluno que chega na sala de aula da EJA, pois ele contém em si aquilo que os seres humanos têm de mais próprio: a palavra, que deve se materializa na sala de aula, através do diálogo.

Isso significa pensar a EJA para além do espaço em que se aprende apenas os conteúdos prescritos nos currículos oficiais, mas sobretudo espaço de diálogo, como nos ensinou Freire (1996, p. 32) que:

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui, [...] A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático, recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu.

As indicações de Freire em possibilitar o diálogo nas salas de aulas e a problematização dos conteúdos, torna os professores da EJA mais próximos dos estudantes e de sua compreensão do mundo. Neste aspecto, entende-se que na EJA deve-se considerar as experiências de vida que o sujeito traz consigo, e com isso o educador deve desenvolver uma relação de identificação e de diálogo com o educando.

Na prática dialógica e problematizadora da Educação de Jovens e Adultos a relação educador-educando instaura a superação da prática narrativa da educação bancária, e opera um momento em que estudantes e professores nas salas de EJA possam, juntos, aprender, ensinar, inquietar-se, produzir resistindo os obstáculos e possibilitando ao sujeito educando o acesso do ato de conhecimento e emancipação humana.

3 METODOLOGIA

Como metodologia, recorreremos a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2002, p. 44), [...] "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos". Podemos concordar que a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos. A discussão que surge é a continuação da afirmação de autores que já dissertaram sobre o tema.

No percurso foram selecionados escritos com o objetivo de obter dados sobre a formação de professores da EJA. As informações foram levantadas a partir da pesquisa bibliográfica, para isso, foram analisadas documentos, livros, artigos científicos, dissertações, teses, publicações em periódicos com o intuito de colocar o pesquisador em contato direto com alguns materiais já escritos sobre o assunto relacionado ao tema.

A pesquisa bibliográfica nos dá suporte para desenvolver uma leitura crítica e relevante da realidade, a qual permite uma organização e sistematização do tema abordado.

4. A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EJA EM ALAGOAS: AINDA HÁ INVISIBILIDADE?

A Educação de Jovens e Adultos se configura em um importante campo da área educacional na sociedade contemporânea. Entretanto, em Alagoas o que podemos constatar é um constante silenciamento da EJA, diante do descaso com a modalidade, constata-se que no Estado persiste historicamente uma dívida social para com esse público.

Neste contexto predominam políticas generalistas para o público da EJA, e as especificidades do público atendido são ignoradas, essas políticas generalistas mostram a ausência do Estado. Sendo assim, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela se conforma como educação compensatória, como lugar dos que podem menos e também obtêm menos (RIBEIRO, 2002), sendo assim os índices negativos persistem na modalidade, conforme observamos nos dados do Plano Estadual de Educação de Alagoas, na figura 1.

Figura 1 – Taxa de alfabetização de jovens de 15 anos em Alagoas.



Fonte: Plano Estadual de Educação 2015/2025, ANO: 2015

Ao analisarmos esses dados de Alagoas, mesmo que de maneira superficial, podemos constatar que não se avança no processo de alfabetização desses estudantes trabalhadores, sendo assim, como coloca Cavalcante (2017), a EJA, em Alagoas, se perpetua grandes dificuldades para assumir um patamar de visibilidade e garantia de direito, mesmo após a Constituição Federal de 1988.

Como consequência, em todo Estado de Alagoas, a formação e o perfil dos professores permanecem a décadas silenciados. Neste aspecto, percebem-se que muitos professores, tanto das redes municipais, como estaduais, possuem vínculos apenas como contratados, não sendo, portanto, efetivos, como podemos observar o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Tipo de vínculo dos professores em Alagoas.

Tipo de vínculo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Não classificado	176	153	120	101	82	77
Concursado/Efetivo/Estável	2.482	3.553	2.130	2.714	2.527	2.441
Contrato temporário	3.399	3.007	4.618	3.777	4.118	4.418
Contrato terceirizado	10	06	06	04	20	23
Contrato CLT	20	23	13	24	09	08
Total	6.087	6.742	6.887	6.620	6.756	6.967

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais-UFPR, 2019.

De acordo com os dados, observa-se que o registro de contrato temporário entre os docentes da EJA no Estado de Alagoas tem aumentado. Com isso, nota-se também uma omissão em relação aos concursos públicos para professores da modalidade, entendendo que por meio dele a educação define uma política de formação de professores, uma vez que o concurso garante uma carga horária remunerada para as atividades de formação docente.

Sendo assim, para atuar em EJA, em muitos municípios de Alagoas, não necessita que se tenha uma formação específica, os professores ingressam no serviço público por indicação política, por meio de contrato temporário, conseqüentemente, esses profissionais acabam transpondo para EJA práticas pedagógicas que infantilizam os educandos, uma vez que em suas formações iniciais e pós-graduações apenas tiveram formação para lidar com o público infantil, conforme já pontuou Barros (2005, p. 67) que

[...] Sem a devida qualificação, os professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processo de escolarização. Utilizam atividades sem nenhum significado, desconsiderando o contexto e a historicidade desses sujeitos.

As poucas ações de formação para os professores ainda ocorrem esporadicamente, ofertadas por Secretarias municipais, que acabam comprando “pacotes prontos” de empresas sem grande credibilidade, tudo isso reflete na prática dos educadores, como afirma SÁ (2007, p, 11) que

Por um lado, os cursos de formação inicial não asseguram as especificidades da docência para EJA, por outro lado, os programas de formação continuada, desenvolvidos pelas secretarias de educação, têm se constituído de ações aligeiradas, fragmentadas e descontínuas que, associadas à precariedade da formação inicial, pouco contribuem para transformação da prática pedagógica dos professores, de modo a prepará-los para mediar a aprendizagem dos estudantes.

Como podemos observar a área tem sido desde sempre negligenciada, tanto nos cursos de formação inicial, ofertados nas universidades e faculdades do Estado, quanto nos escassos cursos de formação continuada que aparecem como uma das poucas opções para auxiliar aos educadores a suprir as dificuldades enfrentadas.

Sob a perspectiva das necessidades dessa modalidade, a formação de professor na EJA encontra-se numa espécie de invisibilidade no estado alagoano por parte das instituições. A invisibilidade inicia com a sua formação acadêmica dos professores que trabalham na EJA, seguindo pelo cotidiano escolar onde o seu trabalho é pouco valorizado, conforme Moura (2001, p. 105) ao enfatizar que é

Ponderando a responsabilidade exercida pelo professor e sua importância em contribuir no desenvolvimento da autonomia e na emancipação dos sujeitos que retornaram à sala de aula na fase adulta, faz-se necessário investir cada vez mais em sua formação.

Dessa forma, entende-se que investir na formação continuada dos professores da EJA é uma das formas que as instituições teriam de contribuir para superação das dificuldades vivenciadas pelos educadores em sala de aula. Segundo Moura (2001, p. 103-104) afirma: [...] “os cursos não ventilam, em hipótese alguma, trabalhos direcionados para o contato dos seus alunos com experiências práticas, voltadas para Educação de jovens e Adultos”.

Mesmo a rede estadual possuindo a maior demanda de estudantes da EJA, constata-se o descaso e a desobrigação com a formação dos educadores, conforme quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Quantidade de estudantes da EJA em Alagoas.

Dependência Administrativa	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Federal	3.632	3.293	3.063	3.138	3.314	3.414
Estadual	137.562	136.406	133.399	140.339	141.635	140.369
Municipal	108.490	106.844	100.420	93.164	93.970	90.916
Privada	16.585	16.383	16.101	15.123	13.925	13.790
Total	266.269	262.926	252.983	251.764	252.844	248.489

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais UFPR, 2019.

Diante dos dados acima, fica explícito que temos um longo caminho a percorrer, na construção de políticas educacionais que atendam às necessidades desse público. Essa ausência de atendimento a formação de educadores da modalidade, além de situar-se no âmbito da negação de direito, frustra as expectativas da população em escolarizar-se.

Nesse sentido, entende-se que para que haja melhoria na qualidade da educação dos trabalhadores em Alagoas é necessário que se pense em desenvolver ações voltadas a formação de professores da EJA, tendo as escolas e salas de aula como lócus de formação para que a educação alagoana busque a qualidade almejada.

Para isso, não basta apenas investir na formação inicial para o docente da EJA, é necessário investir na formação continuada desse profissional tão importante, pois de acordo com Paulo Freire (1987) o professor da EJA não deve se limitar ao ensinamento dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, competindo a ele criar as condições pedagógicas que impulsionam o educando a se envolver na atividade de reflexão e apropriação de ferramenta conceitual para construção de conhecimento.

Para melhor compreensão sobre a importância da formação e conseqüentemente a melhoria na qualidade da EJA, podemos verificar o que declara Freire (1987, p. 43-44) ao afirmar que

[...] por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode

melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário é reflexão crítica tem, tem de ser de tal modo que quase se confunda com a prática.

Destarte, não podemos tratar o assunto com invisibilidade, sabe-se que o processo de formação continuada no Estado de Alagoas precisa ser contínuo, onde possa articular os saberes dos professores, suas habilidades com a modalidade, suas práticas em busca da construção de novos e diferentes saberes para o professor repensar a prática, reorganizar e produzir conhecimentos.

A necessidade de realizar formação continuada para os professores da EJA está exposta no PEE–AL/2015-2025, conforme podemos observar em suas estratégias relativas à EJA:

8.13) Realizar, em regime de colaboração, formação continuada específica para professores/as da educação de jovens e adultos para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem nas redes públicas de ensino;

10.8) assegurar a formação específica dos professores e das professoras que atuam na educação profissional.

Mesmo com o compromisso legal, observa-se que neste ano de 2020 ainda não há preocupação no Estado de Alagoas quando se trata da formação continuada de professores, essa ausência de formação tem sido denunciada por pesquisadores e educadores há décadas, conforme já abordava Moura (1999, p. 50) “ainda no século XXI, permanece o silêncio e o vazio institucional na formação inicial de professores para a modalidade”. Com isso, deveriam garantir formação básica e continuada aos professores de Educação de Jovens e Adultos.

Sendo um dos maiores desafios para o Estado, essa negação na formação de professores para Educação de Jovens e Adultos, como Moura (2001, p. 105) nos informa que:

[...] Não é possível continuar improvisando educadores e alfabetizadores de Jovens e Adultos. Não é possível continuarmos “zarolhos”, olhando enviesados como se a educação e alfabetização de Jovens e Adultos fossem uma prática extemporânea e passageira.

Com isso, entende-se que ainda há invisibilidade por parte das instituições do ensino superior em relação a formação de professores e que elas devem repensar a organização de seus currículos priorizando a Educação de Jovens e Adultos em todos os cursos de Pedagogia, além de discutir as práticas pedagógicas como meio de melhorar o

ensino e a aprendizagem, construir uma forma de pensar na abordagem da realidade, saberes e vivências culturais dessa modalidade dentro dos cursos de licenciaturas.

Conforme explicita Freitas (2007, p. 65) que

O primeiro desafio está em garantir que o(a) professora(a), em sua formação inicial, tenha acesso aos conhecimentos essenciais da EJA, uma vez que os cursos de formação deveriam preparar, em tese, para o trabalho em qualquer nível de ensino. O que se observa é que esta área é negligenciada na maioria dos cursos de formação inicial, deixando para a educação continuada a tarefa de suprir as dificuldades enfrentadas. É indispensável garantir a qualquer professor(a) uma boa formação, que lhe dê condições de atuar com competência, independente do nível de ensino.

Assim, compreende-se que as Universidades, e sobretudo as Secretarias de Educação em Alagoas devem repensar políticas e práticas, que levem em consideração a formação de professor para essa modalidade de ensino, dentro do atual processo de desenvolvimento da sociedade de forma que, os sujeitos da EJA tenham a possibilidade de acesso e permanência nos sistemas de ensino. A luta pela permanência é abordada por Cavalcante (2017, p. 54):

Mudar e resistir, talvez seja esta uma relação possível quando se pensa na realidade da EJA, que ainda no século XXI constitui-se em um grupo de luta pela efetivação do direito de acesso e permanência dos estudantes. Na escola os estudantes e professores da modalidade inventam o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando, silenciosamente (2017, p. 54).

Há que se ressaltar a necessidade de que o Estado de Alagoas possa assumir um compromisso social, político explícito e visível traduzido em políticas públicas educacionais para o público da EJA. Deixamos ainda a denúncia de uma enorme carência na formação continuada para os professores da EJA, que acaba trazendo como consequência problemas diversos no trabalho dos professores da EJA da rede de ensino de Alagoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto traz como objeto de investigação a Educação de Jovens e Adultos, especificando a ausência de formação específica para o educador que atua na modalidade. Compreendemos que a formação de professores da EJA requer um olhar atento às demandas da formação na contemporaneidade, assim, a formação carece de

uma ação que desafie o corpo docente a perceber a temporalidade de seu saber, permitindo a ele um diálogo entre seus saberes e a realidade social dos sujeitos da EJA, buscando assim um fio condutor entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos de mundo que permeiam a política de formação de professores, em especial, para educação de jovens e adultos.

Atualmente, percebe-se o silenciamento na EJA em Alagoas, que permanece à décadas. Diante disso, observamos o desmonte e ausência de políticas públicas para a modalidade, isto causa impacto significativo como a precarização e desvalorização do trabalho docente, causando ainda mais invisibilidade e descontinuidade das ações de implementação das políticas públicas educacionais na área de formação de professores.

Alagoas tem muitos desafios com relação a educação, e a Formação de Professores da EJA é só mais um deles, daí a necessidade de constantes e renovadas reflexões e iniciativas sobre a formação inicial e continuada do professor. Conforme Moura (2001, p. 105) “o processo de formação de professores para educação de jovens e adultos continua a ser um dos maiores desafios para a educação brasileira e principalmente para os próprios educadores”. Desta forma, continuamos a conviver com a falta de preocupação e prioridade em relação as políticas públicas e ações governamentais que supram as lacunas e silêncios quanto à formação de professores desta modalidade de ensino.

Com base nos escritos estudados em nossa pesquisa pode-se constatar que não existe política de formação de professores em Alagoas, e não se dá nenhuma prioridade para a formação continuada destes profissionais, pressupomos que os educadores da EJA, de um modo geral, utilizam saberes construídos no decorrer da carreira profissional, uma vez que não receberam formação específica para se trabalhar com a EJA, sem levar em consideração a especificidade da modalidade de ensino trabalhado, surgindo a necessidade de estudos futuros que integrem a EJA em sua totalidade.

Diante das questões levantadas, fica claro, que um dos pré-requisitos para melhoria da qualidade da educação em Alagoas é por meio da formação dos professores, formação essa, que deve ir além da formação universitária com estágios específicos na EJA e formação continuada, mediante seminários reflexivos onde os docentes possam relatar suas experiências e refletir sobre seu papel político pedagógico do seu fazer cotidiano.

Entretanto, a EJA tendo suas especificidades, compreendemos que as universidades devem repensar políticas e práticas que levem em consideração a

formação de professor para essa modalidade de ensino, dentro do atual processo de desenvolvimento da sociedade de forma que, os sujeitos da EJA tenham a possibilidade de acesso e permanência nos sistemas de ensino.

Finalizando esse estudo é importante ressaltar que não é objetivo desse texto esgotar o assunto, apenas refletir sobre a invisibilidade e silenciamento da formação de professor na EJA. No entanto, na atualidade, a formação para professores da EJA continua sendo um aspecto fundamental e desafiador na composição da oferta da política educacional para jovens e adultos, sendo ela, elemento primordial no processo profissionalizante docente, cujos resultados estão vinculados aos objetivos e pressupostos das políticas que as direcionam.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SORES, Leôncio (org.). **Formação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECADI/MEC/UNESCO, 2006.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da Noite: do trabalho para EJA: itinerário pelo direito a uma vida mais justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARROS, Abdizia Maria Alves. O “silêncio” institucional na formação de professores para alfabetizar jovens e adultos. *In*: MOURA, Tânia Maria de Melo. **A formação de professore(as) para a educação de jovens e adultos em questão**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BARROS, Abdizia Maria Alves. **Repercussões, na prática pedagógica, da política de formação de professores de educação de jovens e adultos da secretaria municipal de educação - SEMED-Maceió**. 2013. [205] f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil: texto constitucional**, promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 7.795, de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2015 a 2025. Alagoas, Maceió, agosto de 2006. Disponível em: https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/1182/1182_texto_integral.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CAVALCANTE, Valéria Campos. **(Des)invisibilizando os currículos da EJA em escolas públicas de Maceió**. 2017. [184] f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de

Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

DESGAGNÉ, Serge. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão**, v. 29, n. 15, 15 ago. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. A educação de Jovens e Adultos em Maceió-Alagoas: a experiência de uma década - 1993 a 2003. *In*: MOURA, Tania Maria de Melo (org.). **A formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

MOURA, Tania Maria de Melo. A(de) formação do professor: uma das causas pedagógicas do analfabetismo? *In*: FREITAS, Antônio F. Ribeiro de. **Currículo e cultura no Fundamental de jovens e adultos**. III Seminário Municipal de EJA. Maceió, 2001.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. **Educação de Jovens e Adultos**: Proposta curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental. São Paulo/Brasília, 2002.

SÁ, Maria Reneude de. **Alfabetismo e alfabetização**: representações de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos. São Paulo, 2012. [168] f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, 2012.

SOARES, Leôncio (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.